Aposentadas realizaram plenária final e confraternização no dia 12/12

FLAVIA MARQUES/IMPRENSA SEPE-RJ

NÃO AO **ETARISMO!**

A Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe realizou, no dia 12 de dezembro, a sua plenária de encerramento de 2023. O encontro que reuniu os coletivos estadual e da capital no auditório da sede do sindicato, teve por objetivo avaliar as lutas do ano deste segmento da categoria e apontar sugestões para a mobilização e luta em 2024.

O ano de 2023 foi de muita luta e mobilização dos aposentados da educação. Desde a greve na rede estadual pelo piso nacional para todos e melhores condições de trabalho, passando pela participação no 16° Congresso de Educação do Sepe e o lançamento da campanha "Tirem as mãos da nossa Previdência", os aposentados mostraram que estão atentos e mobilizados para lutar pelos seus direitos. A plenária foi encerrada com uma confraternização de final de ano.

Alerj promulga lei do reajuste automático para aposentados

A Alerj promulgou 25 novas leis decorrentes da derrubada dos vetos, no dia 05/12, do governador Cláudio Castro a projetos aprovados pelo Parlamento. Outras 20 leis que haviam sido vetadas parcialmente pelo Executivo também foram atualizadas e publicadas no dia 12/12 no Diário Oficial do Legislativo.

Dentre as medidas, está a Lei 10.207/23, de autoria do deputado Luiz Paulo, que determina reajuste automático de aposentadorias e pensões, que fazem jus à paridade remuneratória, sempre que houver atualização da remuneração dos servidores que se encontram na ativa em cargo compatível.

Atualmente, sempre que o servidor do mesmo cargo e que está na ativa recebe um aumento, muitos aposentados e, principalmente, pensionistas começam uma verdadeira peregrinação para que seus pagamentos sejam atualizados.

O governador certamente não se dará por vencido com a derrubada do veto e deverá recorrer contra a Lei 10.207/23. O Departamento Jurídico do Sepe irá acompanhar.

NA LUTA DESDE Sepe 1977

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/58 (Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/**sepe_rj**
facebook.com/**Seperj**
youtube.com/**SepeRJoficial**
twitter.com/**RjSepe**

seperj.org.br/filiacao

Boletim do Sepe

INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
EDIÇÃO APOSENTADAS(OS)
N° 29 | Finalizada em: 18/12/2023. www.seperj.org.br

SECRETARIA DE APOSENTADOS
Aposentado sim, inativo nunca, Educador sempre!

ABONO-FUNDEB É APROVADO NA ALERJ. GOVERNO DEIXA APOSENTADAS(OS) DE FORA

Profissionais da educação básica irão receber parte das sobras do Fundeb deste ano, tendo como referência o salário de novembro.

GUSTAVO SIXEL/IMPRENSA SEPE-RJ

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou, no dia 13/12, o Projeto de Lei Complementar nº 21/2023, de autoria do Poder Executivo, que concede o Abono-Fundeb aos profissionais vinculados à Seeduc. Na discussão, após pressão da categoria, do Sepe e de deputados de oposição, foram aprovadas emendas, incorporando ao PLC professores(as) contratados da Seeduc, do Degase e os profissionais de ensino básico da Faetec. A proposta seguiu para sanção do governador.

O pagamento desse abono só foi possível por causa de uma sobra na receita do Fundeb estimada em cerca de **R$ 460 milhões**. Essa sobra comprova, por outro lado, que o governo do Estado não paga bons salários, pois se pagasse o **piso nacional do magistério**, não haveria tanto dinheiro sobrando e o Fundeb não seria usado para uma política de abono salarial.

Vamos continuar na luta!

As aposentadas e os aposentados não recebem o abono-Fundeb pois a lei só permite o pagamento dos profissionais da ativa. Essa exclusão compromete a política de integralidade dos salários. É um absurdo que o governo Cláudio Castro tenha deixado os aposentados de fora. Vamos continuar na luta, inclusive na Justiça, para conquistar o piso, com isonomia, beneficiando todos os profissionais, da ativa e aposentados.

Aposentados lançaram campanha “Tirem as mãos da nossa Previdência”

A Secretaria de Aposentados do Sepe RJ lançou a campanha “Tirem as mãos da nossa Previdência”, durante ato realizado na Cinelândia em novembro. A campanha visa garantir o funcionamento dos diversos sistemas próprios de previdência (estadual e municipais), os quais se encontram ameaçados hoje em dia por causa da malversação das verbas que se originam da contribuição mensal destes milhares de trabalhadores.

Em muitos municípios, como Duque de Caxias e São João de Meriti, as falências dos sistemas de Previdência fazem com que servidores aposentados sofram com constantes atrasos nos pagamentos e tenham dificuldades para honrar compromissos financeiros com alimentação e saúde para si e seus familiares. Em outros municípios e até mesmo no Estado a situação de precariedade das contas dos fundos previdenciários é uma fonte de preocupação para aposentados e pensionistas, que não sabem quando a bolha poderá estourar e comprometer o pagamento dos seus proventos.

Muitos destes problemas nos fundos de previdência são causados por má gestão, incompetência, corrupção ou administração temerária dos governos das esferas estadual e municipais. Como exemplo disso, temos o caso da crise no PreviRio, Fundo de Previdência dos Servidores Municipais do Rio de Janeiro. O rombo nas contas do órgão ameaça o pagamento das aposentadorias e pensões a curto prazo e faz com que a prefeitura do Rio tenha que complementar a verba para manter em dia os proventos dos aposentados e pensionistas.

FLAVIA MARQUES/IMPRENSA SEPE-RJ

No caso dos servidores estaduais o absurdo é ainda maior. Em 2019, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Alerj, aberta para investigar o desmonte no sistema do Rioprevidência, comprovou o desvio de parte do dinheiro do fundo para o Tesouro estadual para gastos em obras.

Mas o descalabro atestado pela CPI é ainda maior: outra parte do dinheiro para pagar os aposentados foi usado para aplicações em operações de empréstimo junto a um fundo de investimentos na cidade de Delaware, paraíso fiscal nos Estados Unidos.

A investigação mostrou que, de 2011 a 2018, nos governos Cabral e Pezão, a chamada “operação Delaware” captou o equivalente a R$ 10 bilhões, dos quais R$ 7 bilhões entraram efetivamente no caixa do governo. Até 2028, o governo estadual terá que pagar R$ 32 bilhões ao fundo de investimento norte-americano.

Temos que levar a campanha, assim como o relatório final da CPI do Rioprevidência, ao ministro da Previdência, Carlos Lupi.

TV SEPE COM FLAVIO SERAFINI

bit.ly/LivePrevidenciaEstadual

BAIXE O RELATÓRIO DA CPI

bit.ly/RelatorioCPIRioPrevidencia

CRISE NO RIOPREVIDÊNCIA É FRUTO DE ANOS DE GESTÃO CRIMINOSA

A crise do Rioprevidência, que ameaça a sobrevivência da instituição e o pagamento de aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, tem origem em gestões temerárias e malversação do dinheiro público durante anos. Esta crise também tem nomes e sobrenomes, alguns bastante conhecidos da população. Agora mesmo, uma disputa política envolvendo a renegociação da dívida de Minas Gerais com a União tem na figura do atual secretário estadual de Fazenda, Gustavo Barbosa, um dos pivôs.

FOLHA DE S.PAULO

Secretário de Fazenda de Zema é acusado de provocar rombo de R$ 912 mi no RJ

Gustavo Barbosa atuou na antecipação de royalties no governo Pezão; OUTRO LADO: economista diz que operação teve aval da

GIL LEONARDI/IMPRENSA MG

Barbosa, nomeado pelo governador Romeu Zema (Novo) para a pasta, foi diretor-presidente do Rioprevidência por seis anos (2010-20216), na época do tristemente lembrado governo Pezão. Atualmente, ele, o ex-governador Pezão e o BB Securities respondem a uma ação civil pública sob a acusação de terem causado rombo de quase R$ 1 bilhão nos cofres do Rioprevidência. No início de dezembro deste ano, os dois e a empresa de assessoramento tiveram decretado o bloqueio dos seus bens pela Justiça por causa do rombo.

Prejuízos de bilhões

De acordo com a ação civil pública, o prejuízo aos cofres do estado aconteceu durante a operação de antecipação de royalties, realizada pelo governo Pezão. Entre 2013 e 2014, o estado, sob o comando de Barbosa antecipou recursos de R$ 8,4 bilhões provenientes dos royalties do petróleo para amenizar a crise financeira no estado, em razão da queda do preço do barril do petróleo. A operação deixou uma conta de R$ 32,2 bilhões a ser paga até 2028, segundo o MPRJ.

Segundo o MP, as irregularidades aconteceram após a quebra de cláusulas do contrato que protegiam os investidores estrangeiros, o que gerou a renegociação, conhecida como “*waiver*”, que é objeto da ação civil pública. Esta renegociação foi feita por Pezão e Barbosa, assessorada pela BB Securities, e provocou um aumento de despesas em mais de R$ 921 milhões.

Segundo a Justiça, a operação foi realizada sem controle e violou as regras de responsabilidade fiscal, caracterizando ato de improbidade administrativa e devida reparação ao erário público. A ação Civil Pública diz ainda que a operação aconteceu sem a permissão do Conselho Administrativo do Rioprevidência e da Alerj e foi responsável por uma crise no Estado do Rio de Janeiro em 2016. Neste ano, a maior parte dos royalties foi drenada para pagar compromissos com os investidores, o que provocou atrasos nos pagamentos dos pensionistas e aposentados do estado e agravou a crise do Rioprevidência.